



1 **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**
2 **COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

1
2 **ATA CONJUNTA DA 11^a REUNIÃO ORDINÁRIA E DA 3^a**
3 **REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA ESPECIAL DO COLÉGIO DE**
4 **PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO**
5 **ESTADO DE ALAGOAS**

6
7 Aos 22 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três
8 (22/6/2023), às onze horas (11:00h), realizou-se a 11^a Reunião Ordinária
9 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de
10 Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara
11 Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente, por meio de
12 sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o
13 Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Márcio Roberto Tenório de
14 Albuquerque e os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Walber José
15 Valente de Lima, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Dennis Lima Calheiros,
16 Eduardo Tavares Mendes, Valter José de Omena Acioly, Denise Guimarães
17 de Oliveira, Maurício André Barros Pitta, Helder de Arthur Jucá Filho,
18 Maria Marluce Caldas Bezerra e Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos.
19 Presentes virtualmente os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Marcos
20 Mero e Sérgio Amaral Scala. Ausentes, justificadamente, os
21 Excelentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Jucá e Isaac Sandes Dias.
22 Inicialmente, o Presidente informou que, em recente deliberação, o
23 Conselho Superior do Ministério Público promoveu a Excelentíssima
24 Promotora de Justiça Neide Maria Camelo da Silva ao cargo de
25 Procuradora de Justiça. Propôs que, após o término da presente sessão,
26 fosse realizada uma reunião extraordinária com a finalidade de dar posse à
27 Excelentíssima Procuradora de Justiça Neide Maria Camelo da Silva,
28 sendo seguido pelos demais integrantes do colegiado. Em seguida, o
29 Presidente registrou a presença do Excelentíssimo Procurador de Justiça
30 aposentado Dilmar Lopes Camerino. Posteriormente, agradeceu a presença
31 de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão,
32 perguntando aos presentes se haviam recebido a minuta da Ata da 10^a
33 Reunião Ordinária do CPJ de 2023 e se, caso a tenham recebido,
34 aprovariam o seu texto. Passada à fase de votação, a Ata foi aprovada por
35 unanimidade. Na sequência, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1.
36 Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Procurador-Geral de Justiça.
37 Assunto: Emenda n. 1 à Resolução CPJ n. 7/2018. Após a leitura, os
38 Excelentíssimos Procuradores de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Denise Guimarães de Oliveira propuseram a inserção das seguintes matérias em pauta: **2.** GED n. 20.08.0284.002665.2023-08; **3.** Proc. SAJMP n. 02.2023.00002599-9. Postas em votação, as proposições de inclusão de novas matérias na ordem do dia foram acolhidas pelos demais Procuradores de Justiça. Quanto ao **item 1**, o Presidente informou que a Proposta de Resolução apresentada objetiva instituir um canal específico de atendimento à mulher no âmbito da Ouvidoria do MPAL. Disse que a proposta de resolução apresentada foi previamente distribuída entre todos os integrantes do colegiado. Destacou todos os pontos abordados, esclarecendo as principais alterações existentes na proposta. Posta em votação, a proposta de resolução foi aprovada por unanimidade. Quanto ao **item 2**, o Presidente passou a palavra ao Excelentíssimo Procurador de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo, que informou que o requerimento apresentado versa sobre o reconhecimento administrativo de verbas devidas e não pagas aos membros do Ministério Público do Estado de Alagoas. Mencionou que o requerimento foi previamente distribuído entre todos os integrantes do colegiado. Passada à fase de votação, o requerimento conhecido pelo colegiado. Quanto ao **item 3**, o Excelentíssimo Presidente passou a palavra à Excelentíssima Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira, que fez a leitura de seu Voto-vista. Mencionou que a matéria em questão versa sobre pedido da Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Fazenda Pública Estadual consistente na adoção de providências relacionadas à resolução de controvérsia na eleição para Coordenador das referidas Promotorias de Justiça. Disse que o Excelentíssimo Procurador de Justiça Dennis Lima Calheiros, Relator dos autos, apresentou seu Voto na reunião passada, sugerindo que o critério de antiguidade na entrância fosse adotado em casos de empate na eleição para a função de Coordenador das Promotorias de Justiça da Fazenda Pública Estadual, propondo a edição de Resolução CPJ específica para disciplinar o funcionamento da Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Pública Estadual. Informou que na sessão passada pediu vista dos autos junto com o Excelentíssimo Procurador de Justiça Isaac Sandes Dias. Expressou seu Voto no sentido de reconhecer o critério de antiguidade como fator de resolução da controvérsia relacionada ao caso versado nos presentes autos. Com a palavra, o Excelentíssimo Presidente determinou a retirada do processo de pauta em razão da ausência do Excelentíssimo Procurador de Justiça Isaac Sandes Dias, que informara ter interesse em defender o seu Voto. Solicitou

+R



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

que a Secretaria incluisse os autos na pauta da próxima reunião do
colegiado. Em seguida, o Presidente indagou se algum dos Procuradores de
Justiça gostaria de inserir matéria em pauta. Não havendo manifestações, o
Presidente declarou encerrada a pauta. Ato contínuo, o colendo colegiado
transformou a Reunião Ordinária em Reunião Extraordinária Especial para
dar posse à Excelentíssima Promotora de Justiça Neide Maria Camelo da
Silva no cargo de Procuradora de Justiça. Em seguida, o Secretário do
Colégio de Procuradores de Justiça fez a leitura do Termo de Posse da nova
Procuradora de Justiça que, posteriormente, foi assinado pelo
Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Márcio Roberto Tenório de
Albuquerque, pelo Promotor de Justiça e Secretário do Colégio de
Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel Costa, e pela empossada.
Após a assinatura do termo de posse, fizeram uso da palavra os
Excelentíssimos Procuradores de Justiça Maurício André Barros Pitta,
Maria Marluce Caldas Bezerra, Denise Guimarães de Oliveira, Eduardo
Tavares Mendes, Marcos Méro e Lean Antônio Ferreira de Araújo, nessa
ordem. Na sequência, o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça e
Presidente da Sessão, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque,
cumprimentou todos os presentes e parabenizou a empossada,
franqueando-lhe a palavra. A Excelentíssima Procuradora de Justiça Neide
Maria Camelo da Silva externou agradecimentos aos presentes, a seus
familiares e amigos, descrevendo sua trajetória profissional no Ministério
Público do Estado de Alagoas. Em seguida, o Presidente agradeceu mais
uma vez a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando
a lavratura desta Ata, que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de
Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça,
sob a conferência e assinatura do
Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão



Data de disponibilização: 14 de julho de 2023

Edição nº 930

Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

PORTARIA SPGAI nº 523, DE 13 DE JULHO DE 2023

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e em razão da decisão exarada nos autos do Expediente GED 20.08.1365.0003937/2023-83, RESOLVE deferir, com base nos arts. 26, 27, 30 e 31 da Lei Estadual nº 8.025/2018, a progressão do servidor efetivo ANDRÉIA CANSANÇAO DE SIQUEIRA, Analista do Ministério Público – Área jurídica, para a Classe A, nível II, PGJ C2, com efeitos financeiros retroativos ao dia 12 de julho de 2023.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

Colégio de Procuradores de Justiça

Atas de Reunião

**ATA CONJUNTA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA E DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA ESPECIAL DO COLÉGIO DE
PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

Aos 22 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três (22/6/2023), às onze horas (11:00h), realizou-se a 11ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas, em formato de híbrido, presencialmente na sala Joubert Câmara Scala, localizada no 4º andar do edifício-sede, e virtualmente, por meio de sistema eletrônico de videoconferência. Compareceram presencialmente o Excentíssimo Procurador-Geral de Justiça Márcio Roberto Tenório de Albuquerque e os Excentíssimos Procuradores de Justiça Walber José Valente de Lima, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Dennis Lima Calheiros, Eduardo Tavares Mendes, Valter José de Omena Acioly, Denise Guimarães de Oliveira, Maurício André Barros Pitta, Helder de Arthur Jucá Filho, Maria Marluce Caldas Bezerra e Kícia Oliveira Cabral de Vasconcellos. Presentes virtualmente os Excentíssimos Procuradores de Justiça Marcos Mero e Sérgio Amaral Scala. Ausentes, justificadamente, os Excentíssimos Procuradores de Justiça Sérgio Jucá e Isaac Sandes Dias. Inicialmente, o Presidente informou que, em recente deliberação, o Conselho Superior do Ministério Público promoveu a Excentíssima Promotora de Justiça Neide Maria Camelo da Silva ao cargo de Procuradora de Justiça. Propôs que, após o término da presente sessão, fosse realizada uma reunião extraordinária com a finalidade de dar posse à Excentíssima Procuradora de Justiça Neide Maria Camelo da Silva, sendo seguido pelos demais integrantes do colegiado. Em seguida, o Presidente registrou a presença do Excentíssimo Procurador de Justiça aposentado Dilmar Lopes Camerino. Posteriormente, agradeceu a presença de todos e, confirmado o quórum necessário, declarou aberta a sessão, perguntando aos presentes se haviam recebido a minuta da Ata da 10ª Reunião Ordinária do CPJ de 2023 e se, caso a tenham recebido, aprovaram o seu texto. Passada à fase de votação, a Ata foi aprovada por unanimidade. Na sequência, fez-se a leitura da ordem do dia, a saber: 1. Proposta de Resolução CPJ. Interessado: Procurador-Geral de Justiça. Assunto: Emenda n. 1 à Resolução CPJ n. 7/2018. Após a leitura, os Excentíssimos Procuradores de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo e Denise Guimarães de Oliveira propuseram a inserção das seguintes matérias em pauta: 2. GED n. 20.08.0284.002665.2023-08; 3. Proc. SAJMP n. 02.2023.00002599-9. Postas em votação, as proposições de inclusão de novas matérias na ordem do dia foram acolhidas pelos demais Procuradores de Justiça. Quanto ao item 1, o Presidente informou que a Proposta de Resolução apresentada objetiva instituir um canal específico de atendimento à mulher no âmbito da Ouvidoria do MPAL. Disse que a proposta de resolução apresentada foi previamente distribuída entre todos os integrantes do colegiado. Destacou todos os pontos abordados, esclarecendo as principais alterações existentes na proposta. Posta em votação, a proposta de resolução foi aprovada por unanimidade. Quanto ao item 2, o Presidente passou a palavra ao Excentíssimo Procurador de Justiça Lean Antônio Ferreira de Araújo, que informou que o requerimento apresentado versa sobre o reconhecimento administrativo de verbas devidas e não pagas aos membros do Ministério Público do Estado de Alagoas. Mencionou que o requerimento foi previamente distribuído entre todos os integrantes do colegiado. Passada à fase de votação, o requerimento conhecido pelo colegiado. Quanto ao item 3, o Excentíssimo Presidente passou a palavra à Excentíssima Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira, que fez a leitura de seu Voto-vista. Mencionou que a matéria em questão versa sobre pedido da Coordenadoria das Promotorias de Justiça da Fazenda Pública Estadual consistente na adoção de providências relacionadas à resolução de controvérsia na eleição para Coordenador das referidas Promotorias de Justiça. Disse que o Excentíssimo Procurador de Justiça Dennis Lima Calheiros, Relator dos autos, apresentou seu Voto na reunião passada, sugerindo que o critério de antiguidade na entrância fosse adotado em casos de empate na eleição para a função de Coordenador das Promotorias de Justiça da Fazenda Pública Estadual, propondo a edição de Resolução CPJ específica para disciplinar o funcionamento da Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Pública Estadual. Informou que na sessão passada pediu vista dos autos junto com o Excentíssimo Procurador de Justiça Isaac Sandes Dias. Expressou



Data de disponibilização: 14 de julho de 2023

Edição nº 930

seu Voto no sentido de reconhecer o critério de antiguidade como fator de resolução da controvérsia relacionada ao caso versado nos presentes autos. Com a palavra, o Excelentíssimo Presidente determinou a retirada do processo de pauta em razão da ausência do Excelentíssimo Procurador de Justiça Isaac Sandes Dias, que informara ter interesse em defender o seu Voto. Solicitou que a Secretaria incluisse os autos na pauta da próxima reunião do colegiado. Em seguida, o Presidente indagou se algum dos Procuradores de Justiça gostaria de inserir matéria em pauta. Não havendo manifestações, o Presidente declarou encerrada a pauta. Ato continuo, o colendo colegiado transformou a Reunião Ordinária em Reunião Extraordinária Especial para dar posse à Excelentíssima Promotora de Justiça Neide Maria Camelo da Silva no cargo de Procuradora de Justiça. Em seguida, o Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça fez a leitura do Termo de Posse da nova Procuradora de Justiça que, posteriormente, foi assinado pelo Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, pelo Promotor de Justiça e Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel Costa, e pela empossada. Após a assinatura do termo de posse, fizeram uso da palavra os Excelentíssimos Procuradores de Justiça Maurício André Barros Pitta, Maria Marluce Caldas Bezerra, Denise Guimarães de Oliveira, Eduardo Tavares Mendes, Marcos Méro e Lean Antônio Ferreira de Araújo, nessa ordem. Na sequência, o Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça e Presidente da Sessão, Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, cumprimentou todos os presentes e parabenizou a empossada, franqueando-lhe a palavra. A Excelentíssima Procuradora de Justiça Neide Maria Camelo da Silva externou agradecimentos aos presentes, a seus familiares e amigos, descrevendo sua trajetória profissional no Ministério Público do Estado de Alagoas. Em seguida, o Presidente agradeceu mais uma vez a presença de todos e declarou encerrada a reunião, determinando a lavratura desta Ata, que fiz e rubriquei como Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça, Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça, sob a conferência e assinatura do Excelentíssimo Senhor Presidente da Sessão.

Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Procurador-Geral de Justiça
Presidente da Sessão

Escola Superior do Ministério Público

Portarias

PORTRARIA ESMP/AL nº 49 DE 13 de Julho de 2023

O DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e na forma do parágrafo 3º, do artigo 6º, do Ato PGJ nº 20/19, resolve incluir no programa "Voluntariado do Ministério Público de Alagoas" o(a) prestador(a) de serviço voluntário ANALICE DIONIZIO FRANCELINO, estabelecendo sua lotação no(a) 61ª Promotoria de Justiça da Capital, a partir de 17/07/2023.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Procurador de Justiça
Diretor da ESMP-AL

PORTRARIA ESMP/AL nº 51 DE 13 de Julho de 2023

O DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e na forma do parágrafo 3º, do artigo 6º, do Ato PGJ nº 20/19, resolve incluir no programa "Voluntariado do Ministério Público de Alagoas" o(a) prestador(a) de serviço voluntário BRUNO HENRIQUE SALVADOR FARIAS, estabelecendo sua lotação no(a) 62ª Promotoria de Justiça da Capital, a partir de 19/07/2023.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Procurador de Justiça
Diretor da ESMP-AL

Administrativo